



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

Política de Privacidade

O Abrão Camargo Advogados (**“Escritório”**) reconhece a importância da proteção de dados pessoais de todos os terceiros que se relacionam conosco, sejam eles nossos clientes, integrantes ou simples usuários de nosso website (**“Usuários”**).

Dessa forma, apresentamos abaixo a nossa política de privacidade (**“Política de Privacidade”**) que visa garantir transparência a nossos Usuários em relação à coleta e tratamento de seus Dados Pessoais.

Caso, após a leitura deste documento, você ainda tenha questionamentos relacionados ao tratamento realizado por nós de seus Dados Pessoais, você pode entrar em conosco para dirimir dúvidas através do e-mail **dpo@abraocamargo.com.br**.

Nesta Política de Privacidade os termos em maiúsculo terão o mesmo significado atribuído pela Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (**“LGPD”**).

1. DEFINIÇÕES

Antes de detalharmos as condições relacionadas à coleta e uso dos dados pessoais dos Titulares, a fim de facilitar a compreensão desta Política, é fundamental que tenhamos conhecimento de alguns conceitos conforme definidos no Art. 5º da LGPD:

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

Titular de Dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento (você!), ou seja, todas as pessoas naturais cujos dados pessoais são tratados por terceiros para oferta de bens ou serviços.

Tratamento: refere-se à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, armazenamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, entre outros atos, realizados com Dados Pessoais sob a guarda do Escritório.

Dados Pessoais: quaisquer informações relacionadas à pessoa natural, com base nas quais ela possa ser identificada diretamente ou indiretamente mediante combinação com outro(s) dado(s). Ex.: nome, CPF, número de celular, foto etc.

Dados Pessoais Sensíveis: quaisquer informações pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

Tratamento de dados: qualquer operação realizada com dados pessoais, tais como: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração

Consentimento: é a manifestação da vontade de forma livre, informada e inequívoca emitida pelo Titular de um Dado Pessoal, concordando com o Tratamento desses para uma finalidade determinada e especificada;



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

Transferência Internacional de Dados Pessoais: é a transferência de Dados Pessoais para território diverso do brasileiro, para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

Uso Compartilhado de Dados Pessoais: é a comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de Dados Pessoais ou Tratamento compartilhado de bancos de Dados Pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de Tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”): é o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo território brasileiro. Essa autoridade foi estruturada pelo Decreto nº 10.474/2020, que dispõe sobre a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD, além de remanejar e transformar os cargos em comissão e funções de confiança;

Cookies: são os dados coletados durante a navegação online com a finalidade de identificar o dispositivo e obter dados de acesso, como páginas navegadas ou links clicados, permitindo desta forma personalizar a navegação dos usuários, de acordo com o seu perfil.

DPO - Data Protection Officer: é o encarregado de dados da organização, indicado pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

2. ESCOPO

A presente Política estabelece as diretrizes do Escritório para resguardo e uso de dados pessoais que venham a ser tratados em suas atividades, tendo como referência a Lei Geral de Proteção



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

de Dados Pessoais, entre outras normas nacionais e internacionais relativas à privacidade e proteção de dados pessoais.

3. PRINCÍPIOS

Nos termos do art. 6º, o escritório tem o compromisso de realizar o tratamento de dados pessoais respeitando os princípios legais trazidos pela LGPD, quais sejam:

- **Finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades
- **Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- **Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com uso apenas dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- **Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- **Qualidade dos dados:** garantia aos titulares de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- **Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- **Segurança:** utilização de medidas técnicas e organizacionais aptas à proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

- **Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de incidentes que possam acarretar danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- **Responsabilidade e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, inclusive, da eficácia dessas medidas.

4. BASES LEGAIS

As bases legais são os fundamentos previstos na LGPD que autorizam o tratamento de dados pessoais pelos agentes. Todo tratamento de dados pessoais realizado pelo Escritório tem por fundamento uma ou mais das bases legais definidas na LGPD, como por exemplo: (i) Consentimento, (ii) Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória, (iii) Execução de contrato, (iv) Exercício regular de direito e (v) Legítimo Interesse.

5. COMO OS DADOS SERÃO COLETADOS E QUAIS SÃO AS CATEGORIAS DE TITULARES ENVOLVIDAS?

O Escritório tratará os dados pessoais dos seus clientes, colaboradores, eventuais prestadores de serviços e demais terceiros na medida e no limite da sua interação com o escritório, tudo isso dentro do contexto pré-determinado e informado ao titular.

A coleta e processamento de dados seguirão as bases legais estabelecidas pela legislação em vigor, em conformidade com os princípios de adequação, necessidade e finalidade. Os dados pessoais dos clientes serão obtidos ao assinar o contrato de prestação de serviços jurídicos e/ou durante a efetiva prestação de serviços, conforme necessário para a defesa de seus interesses.



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

No caso de dados relacionados a crianças e adolescentes, a coleta exigirá a assinatura de um termo específico pelos responsáveis legais, conforme estipulado no Art. 14, § 1º, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Para os colaboradores celetistas, a coleta de dados pessoais ocorrerá no momento da assinatura do contrato de trabalho e/ou preenchimento da CTPS. Adicionalmente, outros dados podem ser solicitados e/ou fornecidos voluntariamente durante a vigência do contrato, em situações específicas.

Quanto aos advogados associados e estagiários, os dados serão obtidos no ingresso do associado na estrutura do escritório ou, no caso dos estagiários, ao assinar o contrato de estágio. Não descartamos a possibilidade de obtenção de novos dados específicos, se necessário, durante o vínculo do estagiário ou associado com o escritório.

6. DADOS QUE PODEM SER OBJETO DE TRATAMENTO

O Escritório poderá realizar o tratamento dos seguintes dados pessoais, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável e conforme seu relacionamento com os respectivos titulares:

Dados Cadastrais: nome, RG, CPF, OAB, carteira de trabalho, estado civil, data de nascimento, profissão, cargo, telefone, e-mail, endereço.

Dados Financeiros: salário, pro-labore, participação nos lucros, bônus.

Dados Acadêmicos e Profissionais: formação acadêmica, experiência profissional, relatórios de performance, avaliações de competência, participação em eventos e entidades setoriais, livros/artigos publicados.



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

Dados Comportamentais: páginas do Site do escritório na Internet que foram acessadas, data e origem do acesso, por meio de cookies.

Dados Sensíveis: atestado/laudo médico, atestado de saúde ocupacional, comunicação de acidente do trabalho, pessoas de contato em caso de emergências.

7. DIREITOS DOS TITULARES

O Escritório disponibiliza ferramentas para que titulares exerçam os seus direitos legais sobre os Dados Pessoais, conforme previstos no artigo 13 da Lei Geral de Proteção de Dados, quais sejam:

- (i) confirmação da existência de tratamento;
- (ii) o acesso aos dados;
- (iii) a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- (iv) a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- (v) a portabilidade de seus dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa pelo Usuário;
- (vi) a eliminação dos seus dados tratados mediante seu consentimento;
- (vii) a obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o escritório compartilhou seus dados;
- (viii) a informação sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências, em caso de negativa; e
- (ix) a revogação do seu consentimento.



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

8. COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM TERCEIROS

O Escritório poderá contratar terceiros que a auxiliem na prestação de seus serviços, como por exemplos, servidores de armazenamento em nuvem. O Escritório, na qualidade de Controlador, exigirá de tais parceiros operadores níveis adequados de segurança e confidencialidade.

Em adição às hipóteses já mencionadas nesta Política de Privacidade, os Dados Pessoais poderão também ser transferidos a terceiros, inclusive na qualidade de controladores, nos seguintes casos:

- **Exercício regular de direitos por via administrativa ou judicial ou extrajudicial:** o Escritório poderá compartilhar Dados Pessoais com terceiros como escritórios de advocacia, consultorias, empresas de cobrança, escritórios de contabilidade, e outros semelhantes, com a finalidade de exercer seus próprios direitos, qualquer que seja a via escolhida para tal.
- **Requisição Judicial ou Administrativa:** o Escritório poderá compartilhar Dados Pessoais em caso de requisição judicial ou administrativa.
- **Substabelecimento de processos ou encerramento da prestação de serviços ao Cliente:** o Escritório poderá transferir Dados Pessoais para novos patronos ou consultores legais dos Clientes, na hipótese de determinação do Cliente e transferência total ou parcial dos serviços para outros escritórios ou advogados.
- **Com a autorização do Titular:** nos demais casos, havendo a necessidade de compartilhamento das informações, o compartilhamento somente ocorrerá na forma autorizada por lei.
- **Base legal para o compartilhamento:** o compartilhamento dos dados com tais terceiros será sempre realizado (i) com o consentimento do Titular, (ii) para exercício regular de direitos do Escritório, (iii) para cumprimento de obrigações legais, (iv) para execução de um contrato, ou (v) com base em legítimo interesse do Escritório.



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Escritório reforça o compromisso consubstanciado em sua Política de Segurança da Informação em empregar medidas técnicas e organizacionais adequadas no trato com dados pessoais, e envidar esforços para proteção dos dados pessoais dos titulares de dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, compartilhamento não autorizado, entre outras hipóteses.

O Escritório tomará medidas alinhadas com as melhores práticas de mercado para manter os Dados Pessoais seguros, inclusive medidas de segurança e de proteção compatíveis com a natureza dos dados coletados, usados e armazenados.

No entanto, o Escritório não pode garantir que tais medidas de segurança sejam isentas de erros ou que não estejam sujeitas a interferência de terceiros (hackers, entre outros). Por sua natureza, apesar dos melhores esforços do Escritório, qualquer medida de segurança pode falhar e qualquer dado pode se tornar público.

Todas as informações coletadas serão armazenadas com alto padrão de segurança em servidores próprios ou em servidores de terceiros sujeitos a obrigações de segurança similares, localizados no Brasil e no exterior. Os Dados Pessoais, quando viável operacionalmente, serão criptografados e seu acesso controlado por meio de sistemas de usuário/senha individuais e com registro de acesso.

Os usuários reconhecem e estão de acordo que o Escritório poderá contratar operadores, nacionais ou estrangeiros, para tratamento de dados pessoais. Tais operadores, nacionais ou estrangeiros, estarão contratualmente submetidos às mesmas exigências de segurança e confidencialidade aplicáveis ao Escritório.



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Ao longo do desenvolvimento das atividades do Escritório, dados pessoais poderão ser transferidos e/ou compartilhados com agentes estrangeiros, incluindo, por exemplo, provedores de serviços em nuvem específicos para tratar seus dados de maneira mais eficiente e segura.

Nesses casos, a transferência internacional dos dados pessoais será sempre realizada conforme o disposto na LGPD.

Caso você tenha quaisquer dúvidas sobre tal transferência, pedimos que contate o nosso Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais / DPO (Data Protection Officer), cujas informações para contato se encontram ao final desta Política.

11. GERENCIAMENTO DOS COOKIES

Cookies são pequenos arquivos que sites armazenam nos navegadores dos Usuários e que coletam e armazenam informações da navegação, tais como as páginas que o Usuário visitou, os objetos de buscas, intenções de compras, *site* que originou o acesso, protocolo de Internet (IP), a versão do navegador, em quais anúncios clicou, sua localização, entre outras informações da sua rotina de navegação na *internet*.

As finalidades mais comuns dos cookies são viabilizar e personalizar a navegação, direcionamento de *marketing*, realização de levantamentos informativos e de estatísticas para orientar a estratégia de mercado das empresas. Os *cookies*, de modo geral, podem ser classificados da seguinte forma:



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

Cookies estritamente necessários: garantem o bom e correto funcionamento do nosso *site*, os quais não identificam o Usuário e não podem ser desativados sem que isso prejudique ou até mesmo impossibilite o funcionamento do nosso *site*;

Cookies de desempenho: armazenam informações anônimas, tais como volume de visitas, locais mais acessados, entre outras informações estatísticas de gerenciamento de funcionamento e aperfeiçoamento do nosso *site*. Esses cookies não identificam o Usuário e podem ser desativados; no entanto, a sua desativação pode afetar o bom funcionamento do nosso *site*;

Cookies de funcionalidade: possibilitam que o *site* ofereça funcionalidades melhoradas e customizadas para o Usuário. A desativação destes *cookies* pode dificultar algumas funcionalidades do nosso *site*. Esses *cookies* coletam informações que **podem** identificar o Usuário e podem ser desativados;

Cookies de publicidade: utilizam algumas informações e direcionam conteúdo personalizado para o Usuário, de acordo com suas próprias preferências de navegação. Esses cookies coletam informações que podem identificar o Usuário e podem ser desativados;

Cookies de terceiros: são os *cookies* inseridos por parceiros, como *Facebook* e *Google*, que coletam informações do Usuário quando ele visita nosso *site*, para que esses parceiros divulguem nossos materiais publicitários em suas plataformas quando o Usuário as utilizar. Esses cookies coletam informações que podem identificar o Usuário e podem ser desativados.

11.1 Desativar cookies

Evitar a instalação de cookies é possível ajustando as configurações do seu navegador (veja a seção de Ajuda para orientações). No entanto, é importante notar que desativar os cookies pode impactar o funcionamento não apenas deste site, mas também de outros que você visita. A



ABRÃO CAMARGO
ADVOGADOS

desativação dos cookies geralmente implica na perda de certas funcionalidades e recursos deste site. Portanto, é aconselhável considerar cuidadosamente antes de desativar os cookies.

Os dados coletados por cookies são utilizados unicamente para medir o impacto e o engajamento do nosso website. Nosso website poderá ser utilizado ainda que o usuário desabilite a implementação de cookies pelas configurações do seu navegador web.

12. ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os termos desta Política de Privacidade são regidos e deverão ser interpretados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil e conforme disposições gerais das demais Políticas do Escritório e termos de uso de sistemas, dos quais esta Política de Privacidade é parte integrante.

Com a finalidade de garantir a privacidade dos Titulares, e a segurança dos seus Dados Pessoais, o Escritório regularmente reavaliará sua Política de Privacidade e a adaptará, conforme necessário.

Caso sejam implementadas mudanças nesta Política de Privacidade, o Escritório informará os Clientes e Titulares, conforme aplicável.

13. CANAL DE COMUNICAÇÃO

O Encarregado de Dados do Escritório é o Dr. Francisco Corrêa De Camargo, que pode ser contatado por meio do e-mail: dpo@abraocamargo.com.br.

Esta Política foi atualizada pela última vez em novembro de 2023. O escritório se reserva o direito de mudar o conteúdo deste documento no momento que julgar necessário, garantindo a divulgação das alterações quando estas ocorrerem.